

# Alckmin mantém secretário da Segurança

Antônio Ferreira Pinto não terá mais sob sua gestão o Detran, que passa a ser subordinado à Secretaria de Gestão

**Denarc também vai passar por mudanças; secretário afirma que 'rendimento [do órgão] deveria ser melhor'**

CÁTIA SEABRA  
DE SÃO PAULO

Mantido no cargo, o secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto, assumirá uma agenda que promete controvérsia no governo de Geraldo Alckmin.

Ao anunciar ontem a permanência de Ferreira Pinto no cargo, Alckmin antecipou a decisão de retirar o Detran (Departamento Estadual de Trânsito) do controle da Polícia Civil. A partir de janeiro, o Detran será subordinado à Secretaria de Gestão.

Não bastasse a mudança da estrutura do Detran — foco de resistência dentro da polícia — Ferreira Pinto avisou que substituirá a direção do Denarc (Departamento de Narcóticos).

"Lá, vou mudar. Não estou satisfeito com a atuação do Denarc atualmente. Sou direito nesse assunto. O rendimento deveria ser melhor. Está deixando a desejar", disse ele, afirmando que o tráfico de drogas é um flagelo e admitindo outras substituições na estrutura da polícia.

"Mudanças, certamente, haverá", avisou.

A permanência de Ferreira Pinto produz reação na corporação, num momento em que cerca de 800 dos 3.313 delegados de SP (24%) são investigados pela Corregedoria. Ontem, ele afirmou que "manterá o ritmo de combate

à corrupção".

Sua permanência também sofre restrições na própria equipe de Alckmin.

Ex-secretário de Segurança e futuro secretário de Transportes, Saulo de Castro Abreu, é um dos desafetos de Ferreira Pinto.

O secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes, também será mantido no cargo.

No anúncio, Alckmin elogiou a atuação dos dois à frente da área de segurança.

Mas prometeu aperfeiçoamento, como a retirada de cerca de 8.000 presos de cadeias públicas. Ao falar da transferência do Detran para a Secretaria de Gestão, Alckmin justificou:

"Vamos para uma gestão melhor. E liberar os policiais para sua atividade fim".

Segundo Ferreira Pinto, cerca de mil policiais voltarão às ruas com a medida.

Ex-secretário de gestão, Sidney Beraldo afirmou que, com a transferência, a estrutura dos Poupatempos será usada para serviços hoje concentrados no Detran.

"Não tem viés de segurança pública no Detran", disse o secretário.

O anúncio de Ferreira Pinto causou um efeito colateral na equipe do atual governo. Incomodado com a indefinição sobre seu futuro, o secretário de Educação, Paulo Renato Souza, avisou que não vai mais esperar por Alckmin e sairá do governo.

Procurado por Beraldo, principal articulador político de Alckmin, Paulo Renato disse que não aceitaria ser transferido para outro cargo, como vinha sendo cogitado.



Antônio Ferreira Pinto, secretário da Segurança Pública, e Alckmin, governador eleito

## Pressão de juízes barra CPI sobre TJ-SP

FERNANDO GALLO  
DE SÃO PAULO

Pressionado por magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo, um grupo de deputados da base do governo estadual instou dois colegas a retirar suas assinaturas de um pedido de CPI que investigaria o Judiciário paulista.

A CPI deveria averiguar supostas irregularidades no TJ, como vencimentos acima do teto constitucional e auxílios

indevidos. As denúncias foram feitas por servidores, que se baseiam também em pareceres do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que constataram problemas.

O pedido, de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL), possuía 32 assinaturas — limite mínimo necessário — e foi protocolado no último dia 8 na Mesa Diretora.

Contudo, entre o protocolo e a publicação no Diário Oficial, Salim Curiati (PP) e Roberto Massafera (PSDB) reti-

raram seus nomes.

Curiati diz ter sido procurado pelos deputados Campos Machado (PTB) e Vaz de Lima (PSDB), que lhe pediram o recuo. Os dois são próximos da magistratura.

Massafera afirma ter retirado seu nome porque a CPI não teria viabilidade, mesmo argumento usado por Vaz para justificar a procura pelos colegas. Campos Machado não foi encontrado.

## Ministro do TSE autoriza posse de Paulo Maluf

DE BRASÍLIA

O ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Marco Aurélio Mello decidiu ontem que Paulo Maluf (PP-SP) deve ser empossado no cargo de deputado federal por não mais haver contra ele a condenação que o tornou inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

O ministro também determinou que o TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) refaça os cálculos, agora levando em conta os votos obtidos pelo parlamentar, o que deverá mudar o quadro dos deputados eleitos por São Paulo.

Ele obteve 497 mil votos nas eleições deste ano.

Paulo Maluf havia sido barrado pelo TRE-SP por conta da Lei da Ficha Limpa. Ele havia sido condenado por improbidade administrativa em uma suposta compra superfaturada de frangos pela Prefeitura de São Paulo, nos anos 90.

Na última segunda-feira, no entanto, a decisão foi cassada pela 7ª Câmara de Direito Público do TJ (Tribunal de Justiça de São Paulo).

Um dia depois de ser absolvido, o deputado federal disse que sempre acreditou na Justiça.